REQUERIMENTO Nº 0214/2018

Considerando que na última sessão foi amplamente discutida a questão de um ofício emitido pelo Secretário Municipal da Fazenda, planejamento e Finança, no qual o mesmo alega ter um grande número de pequenas compras sem requisição e sem empenho;

Considerando que por este motivo este vereador solicitou a abertura de uma CPI para apurar os fatos, mas por falta de uma assinatura até o momento isso ainda não foi possível;

Considerando que o portal ***Garça online*** publicou matéria com o seguinte título: "VEREADOR PEDE INSTALAÇÃO DE CPI PARA APURAR COMPRA DE MATERIAL SEM EMPENHO";

Considerando que na referida matéria, em anexo ao Requerimento, foi colocado o esclarecimento da Municipalidade a respeito dos fatos, pela Secretaria de Comunicação, que afirmou:

"É de conhecimento de todos a CPI que está acontecendo na Câmara Municipal de Vereadores de Garça a respeito da suposta compra de medicamentos feita sem requisição e acima do valor permitido sem licitação, no ano de 2016.

Houve também o caso do Miltinho Palmeirense, já neste governo, que se dirigiu até o Paço Municipal solicitando que a administração pagasse, sem ter feito requisição, alguns produtos que ele teria adquirido para a ADG - Associação dos Deficientes de Garça - quando estava à frente da associação.

De posse destas informações o secretário Antônio Carlos de Oliveira Marra expediu ofício pela Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Finanças alertando que a administração não fará qualquer pagamento sem que antes a requisição seja feita e a compra seja aprovada".

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Presidente da Associação dos Deficientes de Garça (ADG) esclarecimentos sobre nota oficial publicada pela Prefeitura informando se tal informação é verídica e prestando demais esclarecimentos que julgar necessário.

Sala das Sessões, 15 de março de 2018.

PAULO ANDRÉ FANECO
VEREADOR

garçaonline

ACREDITO | EXTRATO

Consulta no SCPC

CÓDIGO SENHA Ok

MENU

14/03/2018

VEREADOR PEDE INSTALAÇÃO DE CPI PARA APURAR COMPRA DE MATERIAL SEM EMPENHO



Durante as sessões camarárias grande parte das discussões se origina durante a leitura dos requerimentos e na segunda-feira, 19, não foi diferente. Ao discutir o requerimento 182/2018, o vereador Paulo André Faneco (PPS) solicitou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades na compra de material sem empenho.

Lembrando que a Lei nº 4.320/64 instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos municípios o edil questionou a Administração se foram realizadas compras sem a expedição do respectivo empenho.

"É o meu único requerimento da noite. Aqui muito se debateu a CPI da Floraris, pois houve compra da Prefeitura sem empenho. Foi motivo de CPI e hoje o ex-prefeito esteve aqui sendo ouvido sobre a questão. Na última sexta-feira tive acesso a um oficio assinado pelo secretário da Fazenda, onde o mesmo confessa que está havendo compras sem empenho. É crime contra Administração Pública. O documento é claro e a Administração Municipal está desrespeitando a lei e efetuando compra sem empenho. Nós abrimos uma CPI justamente por isso. Temos que abrir uma CPI e eu quero saber se o prefeito sabe dessa situação, se é conivente. O secretário sabe", afirmou Paulo André lendo o documento assinado pelo secretário Antônio Marra.

"Só penso que nós somos Legislativo e fiscalizadores do município. Temos que apurar as responsabilidades e não prevaricar. Quero saber se os vereadores Marcão, Janete Conessa, Rafael Frabetti, Rodrigo Gutierrez e José Luiz Marques que assinaram a outra CPI vão assinar essa. Pode ser que eu não consigo as assinaturas, mas conto com a não prevaricação e todos", disse ele em tribuna.

De acordo com Pedro Santos (PSD), a Câmara não pode trabalhar com dois pesos e duas medidas e o vereador tem que ser ímpar. Vereador, segundo ele, não pode ir para um ou outro lado, pois agindo assim não realiza nada de bom para o município.

"Não é ser militante político. Tem que colocar o interesse da população à frente. Responsabilidade nossa não é julgar e sim apurar e ver o que está acontecendo. Se apurar que não houve irregularidades tudo bem. Se não há o que temer", disse ele.

Paulo André salientou que CPI não é condenação prévia de ninguém.

"Não tem como não assinar este documento. Precisamos também saber que valor chegou essas pequenas compras e como foram pagas. Não posso prevaricar. Temos que estar à disposição e assino com tranquilidade e se for instalada, segundo a mudança colocada pelo Parente, os sorteados devem participar", disse Patrícia Morato Marangão (PMDB).

"Tenho que acreditar que o mesmo pau que dá em Chico dá em Francisco"

Salientando um posicionamento contrário em assinar a CPI e justificando a mesma postura que teve quando da solicitação para abrir a CPI da Floraris e da Cerejeiras Festival o vereador Antônio Franco dos Santos – Bacana (PSB) afirmou que não quer participar de briga política.

"Quero ser claro. Não assinei da Floraris nem da São José. Entendimento meu é que para se abrir uma CPI tem que haver dolo. Existem regras para se trabalhar no poder público. Recurso não é da Prefeitura. Não quero participar de briga política. A população quer respeito. Estou vendo as mesmas picuinhas do passado, até pior. Já até me falaram que esse é um último mandato. Que seja. Sugiro abrir uma sindicância", disse ele.

Paulo André argumentou que uma sindicância para investigar a si próprio poderia não dar em nada.

"Tenho que acreditar que o mesmo pau que dá em Chico dá em Francisco. Sugiro a sindicância e sugiro ainda que o secretário seja convocado para vir na tribuna e dar as suas explicações. Não quero participar de picuinha política. A sociedade está cansada disse e eu nunca vou ser um alienado político", falou Bacana.

Segundo o edil, já que o caso em questão é semelhando ao da Floraris, quem assinou a primeira CPI deveria assinar esta também.

"Estava refletindo. Nós não podemos tomar decisões que possam refletir negativamente. Temos responsabilidades com a municipalidade de enfrentar questões com seriedade e não com emoções ou partidarismo. Temos a opção de chamar o secretário para ouvi-lo. Acho prematura nos digladiarmos, continuar com CPI e ter brigas políticas partidárias", disse Reginaldo Parente (PTB), ao que foi rebatido por Santos.

"Vejo dois pesos e duas medidas", falou o presidente da Casa.

Segundo Parente, não é momento de acirrar antagonismos.

"Na minha concepção prefiro ver se é objeto de abrir CPI. É preciso cuidado para não transformar a Câmara em palco de guerra. Quero a Casa de acordo para contribuir com a municipalidade", reafirmou Parente.

Ao ocupar a tribuna Marcão do Basquete (PROS) salientou que na CPI da Floraris houve antes um processo longo de sindicância.

"Deu entrada hoje no requerimento, nem teve a resposta e já colocou o secretário como investigado?", questionou ele.

Foi necessária a intervenção do presidente da Casa para acabar com apartes sucessivos entre Paulo André e Marcão do Basquete, bem como para solicitar que munícipe não se manifestasse.

"O prefeito da administração passada cumpriu a lei. Essa administração está pagando. O secretário admite que o fato aconteceu", finalizou Paulo André.

Administração se manifesta sobre o caso

O Garça Online entrou em contato com a Secretaria de Comunicação buscando um posicionamento da Administração. A SECOM - Secretaria de Comunicação – enviou nota que segue:

" É de conhecimento de todos a CPI que está acontecendo na Câmara Municipal de Vereadores de Garça a respeito da suposta compra de medicamentos feita sem requisição e acima do valor permitido sem licitação, no ano de 2016.

Houve também o caso do Miltinho Palmeirense, já neste governo, que se dirigiu até o Paço Municipal solicitando que a administração pagasse, sem ter feito requisição, alguns produtos que ele teria adquirido para a ADG - Associação dos Deficientes de Garça - quando estava à frente da associação.

De posse destas informações o secretário Antônio Carlos de Oliveira Marra expediu ofício pela Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Finanças alertando que a administração não fará qualquer pagamento sem que antes a requisição seja feita e a compra seja aprovada".